Fabiany de Cássia Tavares Silva
Luiz Carlos Novaes
Organizadores

CONHECIMENTOS EM AÇÃO E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Campo Grande
2021

© 2021 - Fabiany de Cássia Tavares Silva e Luiz Carlos Novaes

TÍTULO
CONHECIMENTOS EM AÇÃO E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

AUTOR
Fabiany de Cássia Tavares Silva
Luiz Carlos Novaes

EDIÇÃO, PROJETO GRÁFICO
Editora Oeste

DIAGRAMAÇÃO
Ricardo Barbosa Porto

REVISÃO

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

ILUSTRAÇÃO DA CAPA
Áurea Katsuren
Obra: Sem título, 1992, Acrílica sobre linho cru, 70 x 70 cm

PUBLICAÇÃO DA

Editora Oeste
www.editoraoeste.com.br
contato@editoraoeste.com.br

ISBN 978-854558415-5
Depósito Legal na Biblioteca Nacional
Impresso no Brasil

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Conhecimentos em ação e a base nacional comum curricular / Fabiany de Cássia Tavares Silva, Luiz Carlos Novaes (organizadores). -- Campo Grande, MS : Editora Oeste, 2021.

ISBN 978-65-45584-15-5

1. BNCC - Base Nacional Comum Curricular 2. Educação 3. Práticas educacionais 4. Políticas públicas de educação I. Silva, Fabiany de Cássia

21-63800

CDD (23) 373.0961

Índices para catálogo sistemático:

1. Base Nacional Comum Curricular : Educação 375.001

Aline Graziele Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

BNCC COMO ARQUIVO E OS EFEITOS NA PESQUISA EDUCACIONAL

Angélica Vier Munhoz,
Fabiane Olegário

O presente texto foi escrito junto ao Grupo de Pesquisa Currículo, Espaço, Movimento (CEM/CNPq), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade do Vale do Taquari - Univates. Existente desde 2013, o Grupo CEM, no seu projeto atual, tem por objetivo investigar a aula, na relação com a docência e com os processos de ensinar e aprender, tomando-a como prática de criação. Uma das frentes do referido Grupo de Pesquisa tem sido estudar o arquivo a partir de Jacques Derrida (2001) e Michel Foucault (2008).

Tendo como suporte teórico-metodológico a noção de arquivo, com base em Michel Foucault, este texto toma como propósito investigar o que vem sendo produzido a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em dezembro de 2017. Para tal feito, rastreia-se o descritor BNCC em resumos dos 55 periódicos da área educacional mais bem avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), de acordo com os estratos A1, A2 e B1, do último quadriênio avaliativo, no período de 2018 a 2020.

"A BASE É A BASE"[1]

O título desta seção recorda, de certo modo, o processo temporal e constitutivo da Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, homologada em dezembro de 2017. Mesmo que a grande maioria dos professores brasileiros, de uma maneira ou de outra, já tenha tido contato com a BNCC e conheça o seu histórico, apresentamos aqui de forma breve o seu percurso desde a Constituição Federal de 1988, pois consideramos importante conhecer o objeto investigado por este estudo.

Após 20 anos de regime ditatorial no país (1964 - 1984), iniciam-se os movimentos para a redação da Carta Magna, voltada ao estado democrático brasileiro. Homologada em 1988, nela encontramos os pilares da democracia, instituídos pela garantia dos direitos fundamentais universais. No artigo 210, a Constituição Federal prevê a formação básica comum no que tange ao ensino básico. Anos mais tarde, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, LDB - 9394/96, no artigo 26, cita a necessidade de implementação de uma base comum para a educação básica. Na sequência da LDB 9394/96, são elaborados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o Ensino Fundamental e Médio, com o objetivo de alcançar, às escolas e aos professores, referenciais para a elaboração dos currículos escolares. A Conferência Nacional de Educação (CONAE), reali-

1 Concluída a primeira versão da Base Nacional Comum Curricular em 2015, encontramos a frase "A base é a base" no texto introdutório redigido pelo então Ministro da Educação da época, Renato Ribeiro Janine.

zada em 2008, retoma a necessidade de implementação de uma Base Nacional Comum Curricular. As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) reforçam a importância da Base. Em 2014, no Plano Nacional de Educação (PNE), das 20 metas para a melhoria da educação, quatro fazem menção à Base Nacional Comum Curricular. A segunda Conferência Nacional de Educação (CONAE), em 2014, teve como ponto de pauta a produção e a implementação da Base Nacional Comum Curricular, com o objetivo de mobilizar a sociedade brasileira para a construção da proposta. Em 2015, foi apresentada a primeira versão da BNCC; no ano seguinte, temos sua segunda versão. Na primeira versão, contou-se com um grupo de especialistas da educação, convidados pelo MEC, para pensar e escrever a BNCC, tendo como foco o "binômio O-Estado-tem-o-dever-de educar e O-cidadão-tem-o-direito-à-educação" (CORAZZA, 2017, p. 182). A construção escrita da Base envolveu rodadas de debates, consultas formais a segmentos do campo educacional em audiências públicas ou *links* de acesso - que, de acordo com o Ministério da Educação, foram amplamente divulgados - para contribuições. A segunda versão da Base contou com a mobilização da sociedade civil e de grupos interessados na educação, além de secretarias, movimentos e sindicatos, iniciando-se no ano de 2014. Com o *impeachment*[2] da presidenta Dilma Roussef (2016), os rumos das políticas nacionais são alterados, e claramente inicia-se uma política de influência de agentes sociais do setor privado nas políticas públicas de educação.

O grupo de especialistas e pesquisadores contratados pelo MEC para pensar a Base e o movimento de participação da sociedade civil nesse processo é descontinuado. Imediatamente, são contratadas instituições privadas e fundações empresariais, podendo-se destacar o Banco Mundial, o Instituto Ayrton Senna, a Fundação Roberto Marinho, o Itaú (Unibanco), o Bradesco, a Natura, a Organização Todos pela Educação e Amigos da Escola, entre outras.

Os textos até então escritos sobre a Base sofrem cortes e alterações: modifica-se a concepção de currículo para uma perspectiva de competências e habilidades, cujo fim é a preparação do estudante das escolas, sobretudo públicas, para o mercado de trabalho; institui-se uma concepção de infância como capital humano, considerando-se as crianças como trabalhadoras do futuro, o que atende à política neoliberal e a legitima. Ainda, são eliminados trechos relacionados a questões de gênero, sexualidade, afrodescendência e indígena, entre outras. Tais exclusões mostram o quanto o Brasil está "dividido e hierarquizado por classe, gênero, etnia, religiosidade" (CORAZZA, 2017, p. 189), o que nos leva a problematizar a noção de identidade cultural instituída em um país miscigenado, formado de múltiplas culturas.

A nova versão da Base, então, é constituída por duas partes: uma delas (maior em relação à outra), trata dos conteúdos mínimos, formados pelas disciplinas consideradas fundamentais no percurso escolar do estudante; a outra parte é diversificada e corresponde aos currículos locais produzidos na comunidade e à inclusão dos temas transversais. Essa nova versão da Base é encaminhada ao MEC pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e aprovada em caráter de urgência, sem que as suas profundas modificações em relação às versões iniciais fossem discutidas ou sequer contextualizadas.

Interessante notar que a versão final da Base enfatiza a aprendizagem; os direitos e os objetivos referem-se à aprendizagem e ao desenvolvimento. E o ensino, como fica? Segundo Biesta (2020, p. 34), "a tarefa educativa consiste em despertar no outro ser humano o desejo de querer existir no e com o mundo de uma forma adulta, isto é, como sujeito". Desse modo, torna-se problemático pensar a educação escolarizada somente pela ótica da aprendizagem, no caso da Base.

O documento foi homologado em 2017, voltando-se especificamente para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Em síntese,

2 A destituição da primeira mulher Presidenta da República, Dilma Rousseff, em 31 de agosto de 2016, dividiu opiniões quanto à legitimidade do processo; por isso é comum o uso da expressão golpe em vez de *impeachment*, o que demonstra claramente uma determinada posição política.

> desde a divulgação da primeira versão da BNCC, apresentada em 2015, até a aprovação pelo CNE da versão final em 2017, as discussões deflagradas incidiram sobre os pressupostos e argumentos que sustentam a defesa da BNCC bem como o próprio sentido de Base, sobre o qual se ergueu a elaboração desse projeto de unificação curricular marcado por uma lógica de centralização das decisões curriculares numa perspectiva homogeneizante, em contraposição ao grande investimento feito em significar a base como resposta/solução à falta de qualidade da educação feita a partir de uma declarada ampla participação de diferentes segmentos sociais. (OLIVEIRA; FRANGELLA, 2019, p. 25).

Em 2018, é a vez de ser homologada a BNCC destinada ao Ensino Médio. Dessa trajetória decorre que a Base é constituída por cinco documentos, quais sejam: Constituição Federal (1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), Parâmetros Curriculares Nacionais (1997-1998), Diretrizes Nacionais Curriculares (2010) e Plano Nacional de Educação (2014-2024).

A BNCC tem como objetivo atingir a equidade na aprendizagem, ou seja, que os estudantes tenham acesso às aprendizagens comuns a todos. Igualdade de acesso aos conhecimentos e qualidade da prática pedagógica também formam o rol dos objetivos da BNCC. É a base – que é a Base –, segundo o Ministro da Educação da época, Renato Janine Ribeiro, que norteará a construção dos currículos escolares de todas as escolas brasileiras. Para Corazza (2017), é preciso analisar de forma crítica cada palavra[3], para que possamos problematizar o que já está dado de forma redundante. Segundo a autora, a ideia de *base* remete a solo que abriga, nesse caso, um currículo. A próxima palavra é *nacional*, que atribui ação agregadora, homogênea, uniformizadora, evocando um sentimento único, capaz de unir a todos, de norte a sul do país. Seguindo, temos a palavra *comum*, cujo sentido remete a trivial, normal, habitual, corrente, usual, o que pode ser compartilhado por muitos, por todos, pelo povo, pela maioria. Por fim, chegamos à palavra *curricular*, com a qual se pensa o currículo e sobre a qual interrogamos: como a Base pensa o currículo? Como nós pensamos o currículo?

Podemos afirmar que a Base oficializa o currículo institucionalizado, sendo constituído por um plano macropolítico a serviço de uma ciência estatal. O currículo foi – e continua sendo, embora não como foco central – objeto de estudo no Grupo de Pesquisa Currículo Espaço, Movimento (CEM/Univates/CNPq)[4]. Compreendido como plural, nômade, o currículo, na perspectiva da diferença, é dotado de força criadora, de natureza transversal; é composto por planos rizomáticos heterogêneos, o "que não representa nada, nem formas boas formas, nem fixa lugares, nem tem disciplinada a sua construção" (TADEU; CORAZZA, 2003, p. 25-26).

Embora a Base compreenda o currículo de uma maneira oposta à deste estudo, talvez seja interessante considerá-la como uma aposta afirmativa para novas e complexas formas de experimentar o ensino e a docência, sob uma perspectiva autoral e inventiva. Que possamos, enquanto professores, produzir pequenas subversões ao texto, capazes de irradiar mais vida à educação escolarizada e de inflar o desejo e a vontade de ensinar. Embora a Base considere muito mais as aprendizagens do que o ensino, não podemos esquecer que "o ensino se preocupa em abrir possibilidades existenciais para os estudantes, ou seja, possibilidades em e através das quais os estudantes possam explorar o que pode significar existir como sujeito no e com o mundo" (BIESTA, 2020, p. 25).

---

3 A palavra é um dos elementos constitutivos da língua; por tal motivo, é preciso prestar muita atenção, pois "a linguagem é uma legislação, a língua é seu código. Não vemos o poder que reside na língua porque esquecemos que toda língua é opressiva" (BARTHES, 2013, p. 13). O autor afirma que toda linguagem é fascista, pois o fascismo obriga a dizer.

4 Citamos algumas publicações do grupo CEM sobre currículo: ROCS, Bibiana Munhoz; MUNHOZ, Angélica Vier; ZANOTELLI, Alissara. Das imagens que habitam um pensamento de currículo-pesquisa. **Educação, Teoria e Prática**, v. 28, p. 682-698, 2018. MUNHOZ, Angélica Vier.; ADO, Márcio Daniel Lamela. Criação poética e currículo da diferença. **Pro-Posições** (Unicamp), v. 28, p. 147-169, 2017. SCHONFFELT, Sofia Daniela Giacobbo; MUNHOZ, Angélica Vier. Currículo e transcrição: entre aquarelas e têmperas. **Debates em Educação**, v. 9, p. 57-67, 2017. HATTGE, Morgana. Domênica; MUNHOZ, Angélica Vier; CRIZEL, Ana Paula; RODRIGUES, Aline; DIAZ, José Alberto Romaña. A pesquisa movimentando o currículo: as potências do professor pesquisador. **Interfaces da Educação**, v. 6, p. 138-156, 2015.

ARQUIVO: O PONTO DE PARTIDA

De modo corriqueiro, o arquivo é compreendido como um local de armazenamento de documentos – fotografias, cartas, registros oficiais –, visto que tem como objetivo conservar uma memória passada que pode, no presente, ser acessada pelos sujeitos. Geralmente, imagina-se o arquivo como um depósito de documentos amarelados, carcomidos e dispostos em alguma pilha ligeiramente empoeirada (FARGE, 2009). Para mantê-lo incólume com o passar do tempo, foram desenvolvidas determinadas técnicas, capazes de preservar o conteúdo arquivado. Tais técnicas ajudam-nos a pensar nas relações que se estabelecem entre as matérias selecionadas e os modos de arquivamento.

Independentemente do modo e da técnica de arquivamento, todos os arquivos – ou a maioria – comungam da acepção de conservação de documentos. A preservação do objeto arquivado garante – ou pelo menos é isso que almeja – a sua durabilidade e, consequentemente, a sua acessibilidade. A partir de uma visão clássica, poderíamos afirmar que o arquivo tem como tarefa salvaguardar um conjunto de informações referentes ao passado que se quer guardar às gerações vindouras. Essa forma de pensar vai ao encontro da acepção logocêntrica, que pensa o arquivo como um depositário de documentos, cujo registro revela um importante fato. Assim, atribui-se ao arquivo uma função social, ou seja, como uma espécie de banco de dados, guardião de "decisões, atos e informações", sendo "possível agir, conhecer o que os antigos fizeram, descobriram" (AQUINO; VAL, 2018, p. 46) em uma determinada época.

Indo além da concepção logocêntrica, que constitui a imagem de arquivo, interessa-nos pensá-lo sob outras perspectivas teóricas. Tal tarefa leva-nos a Jacques Derrida (2001) e a Michel Foucault (2008). Entre ambos, há uma aproximação, pois recusam as noções de essência e de origem, desconstruindo a imagem clássica de arquivo; contudo, não compartilham do mesmo modo de análise. Antes de seguir, consideramos importante frisar que este estudo opera com o arquivo foucaultiano, embora tenhamos optado por trazer o arquivo de Derrida para o texto, no sentido de mostrar que, para ambos os autores, o arquivo é vivo e está em constante movimento de desconstrução.

O ARQUIVO DE DERRIDA

Na impossibilidade de conceituar o arquivo, Derrida insiste em deixá-lo aberto, afirmando a existência de um "quase-conceito", termo de sua preferência, com o qual é possível evocar um arquivo que não permite ser enquadrado, visto que está na contramão da definição do conceito. Nessa perspectiva, o "quase-conceito de arquivo" implica estabelecer uma nova relação com os elementos que o constituem. A transmutação do conceito (fechado) em "quase-conceito" (aberto) não se dá pela substituição de um pelo outro, mas pelo confronto que se estabelece entre a tradição e a experiência irredutível do futuro (DERRIDA, 2001). Por essa razão, Derrida (2001, p. 47) assume o quase-conceito de arquivo, pois "dispor de um conceito, ter segurança sobre seu tema é supor uma herança fechada".

Na busca pelo entendimento de arquivo, Derrida encontra a palavra *arkhé*, que designa começo, origem, memória; e *arkhe*, que significa comando. Portanto, em *arkhé* e *arkhe*, o arquivo refere-se a dois sentidos: origem e comando. Já *arkheiôn* denota casa, domicílio, morada, residência. Salvaguardado no *arkheiôn* e sob a vigília do "dono" da casa, o arconte – magistrado grego responsável pelo zelo e manutenção do arquivo, tem autorização para interpretá-lo. O acesso à interpretação reforça a necessidade de consignação do arquivo, pois não requer apenas reunir signos em um único lugar, conferindo ao arquivo um "suporte estável e a disposição de uma autoridade hermenêutica legítima" (DERRIDA, 2001, p. 13), mas, sobretudo, tornar executável o poder arcóntico, cuja tarefa pressupõe concentrar, unificar e identificar os signos, conferindo, desse modo, o poder de consignação.

De acordo com Derrida (2001), o arquivo é atacado por um mal que ele próprio produz em seu interior e cujo efeito é contra si mesmo. O mal configura-se na destruição do arquivo, seu

essa a condição primeira de sua produção. Destacamos o paradoxo instalado no contraditório que se configura entre as práticas de lembrar (memória) e esquecer (amnésia). O esquecimento apaga uma parte constituinte da memória e, com isso, assegura a repetição do material arquivado. Atingida pela pulsão de morte, a memória seria a primeira a sofrer os efeitos dessa violência, resultando em sérios esquecimentos. Assim, o arquivo atingido pelo esquecimento atravessa a memória do seu conteúdo, que só poderá ser reconstituído em face da concorrência que se estabelece entre a memória e o esquecimento, que ora lembra, ora esquece. Nada seria mais ingênuo do que creditar ao arquivo a função de somar e acumular os registros documentais, sem uma técnica externa de repetição e de seleção. Testemunhamos um arquivo vivo e aberto, que, por sua vez, é avesso à acepção de um arquivo cuja funcionalidade é meramente técnica, reunindo um conjunto de letras mortas.

O ARQUIVO DE FOUCAULT

Em sua análise arqueológica, mais especificamente na obra *Arqueologia do saber* (2008), Michel Foucault aborda a questão do arquivo. Para Foucault (2008, p. 173), "a arqueologia descreve discursos como práticas específicas no elemento do arquivo".

É preciso sublinhar que o arquivo não diz respeito aos grandes acontecimentos históricos, pois, segundo Deleuze (2005, p. 28), "o arquivista geralmente evita citar grandes nomes". O arquivista acompanha as condições de transformação dos enunciados e das visibilidades que constituem aquilo que é possível dizer a partir do arquivo. Tanto o arquivo quanto o arquivista têm a função de viabilizar a existência e a recorrência dos discursos. Logo, o arquivo refere-se àquilo que está na ordem do discurso e não pode ser "descritível em sua totalidade" (FOUCAULT, 2008, p. 148), uma vez que o enunciado não cessa de variar, de ir de um sistema a outro; ele é "transversal", sendo esse movimento responsável pela formação de "grupo ou uma família de enunciados" (DELEUZE, 2005, p. 17).

Para Foucault (2008), o arquivo é o "conjunto de discursos efetivamente pronunciados" (FOUCAULT, 2000, p. 149), ou seja, aquilo que pode ser enunciado, que pode ser dito (FOUCAULT, 2008). Mas o arquivo é, também, "o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa" (FOUCAULT, 2008, p. 158). Assim, é no arquivo que os enunciados se materializam, se dispersam, se acumulam, se opõem, se conservam e se modificam.

Foucault (2008) mostra-nos que o arquivo tem duas faces: uma dimensão voltada para a produção e sedimentação de determinadas discursividades que se produziram ao longo do tempo; outra para a ativação dessas discursividades no presente. Enveredar pelo arquivo implica "mapear a concretude da superfície dos ditos/vistos como enunciados que foram passíveis de registro, mapeando suas conexões estratégicas, suas emergências, suas descontinuidades e seus tempos de duração" (AQUINO, 2019, p. 109).

O arquivo é, portanto, formado pelo dito e pelo visto, em meio aos seus entrecruzamentos, heterogeneidades, fissuras, disjunções. Nessa perspectiva, o arquivo constitui-se pelo conjunto de discursos, e, para Foucault (2001), um discurso não é apenas um conjunto de signos, de significantes que se referem a determinados conteúdos com algum significado oculto e intenções dissimuladas, mas uma rede de signos que se conectam a outras tantas redes de outros discursos. Nessa medida, o arquivo é o que rege o aparecimento de novos enunciados, porém, "não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo" (FOUCAULT, 2008, p. 112). Com o trabalho de arquivo, podemos dizer que Foucault inventa uma nova maneira de operar com os documentos, buscando outros modos de pensar a história. Por um lado, como arqueólogo, busca conhecer a história; por outro, como experimentador, propõe-se o procedimento de escrever e inventar.

O ARQUIVAMENTO DA BNCC

A partir da noção de arquivo de Michel Foucault (2008), rastreou-se os descritores BNCC e/ou Base Nacional Curricular Comum em uma seleção prévia de resumos dos 55 periódicos da área educacional avaliados pela CAPES, de acordo com os estratos A1, A2 e B1, no último quadriênio avaliativo[5]. Tal rastreamento privilegiou o período de 2018 a 2020, período em que a BNCC se encontra vigente. Abaixo (Quadro I), a relação dos periódicos analisados.

QUADRO I

Educação & Sociedade	Educação PUCRS	Revista Educação UFSM	Práxis Educacional
Educar em Revista	Revista Brasileira de Educação	Comunicações	Quaestio
Revista da FAEEBA – Educação e contemporaneidade	Revista Ibero-Americana de estudos em educação	Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos	Revista Práxis Educativa
Pro-posições	Revista Teias	Cadernos de Educação	Acta Scientiarum Education
Educação e pesquisa	Revista Diálogo Educacional	Reflexão e ação	Tempos e Espaços em Educação
Cadernos de pesquisa (FCC)	Educação em Revista	Série-Estudos	Retratos da escola
Educação & Realidade	ETD - Educação e Temática digital	Educação Unisinos	Educação em Foco (UEMG)
Educação Pública	Perspectiva	Revista Espaço Pedagógico	Imagens da Educação
Linhas Criticas	Inter-ação	Revista Educação em Questão	Cadernos de pesquisa (UFMA)
EccoS – Revista científica	Atos de Pesquisa em Educação	e-Curriculum	Educação em Perspectiva
Cadernos CEDES	Educação em Foco (UFJF)	Horizontes	Revista Brasileira de política e administração da educação
Revista de Educação PUC - Campinas	Educação Teoria & Prática	Roteiro	Em Aberto
Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional	Linguagens, Educação e Sociedade	Revista Educação e Cultura Contemporânea	Revista Eletrônica de Educação - Reveduc
Currículo sem fronteiras	Educação, Ciência e Cultura	Revista Educativa – Revista de educação	Revista Cocar

FONTE: As autoras

5 Este arquivo de resumos dos 55 periódicos da área educacional, de 1994 a 2020, avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), de acordo com os estratos A1, A2 e B1 no último quadriênio avaliativo, foi realizado pelo Grupo de Pesquisa do Prof. Dr. Julio Groppa Aquino (GPJ A tendo passado por um primeiro processo de arquivamento e sendo reordenado de acordo com os títulos das revistas, anos, volumes e autores.

Do total de 56 periódicos rastreados, encontramos, em 40 deles, o total de 138 resumos sobre a BNCC. Em relação aos números e volumes, há uma variação bastante grande, pois alguns periódicos produziram, no período investigado (2018-2020), dossiês sobre a BNCC, como, por exemplo: *Revista Horizontes*, BNCC: Um novo capítulo da educação em migalhas? v. 36, n. 1, jan./abr. 2018; *Retratos da Escola*, Dossiê BNCC e formação de professores: concepções, tensões, atores e estratégias. v. 13, n. 25, jan./maio 2019; *Em Aberto*, Dossiê BNCC: múltiplas posições e olhares para pensar a qualidade da educação e a autonomia docente. v. 33, n. 107, jan./abr. 2020. Também em alguns periódicos há uma dispersão de artigos sobre a BNCC em seus diferentes números e volumes no período investigado; já em outros, mais de um artigo sobre o referido tema no mesmo número/volume. No Quadro II, podemos visualizar esse panorama.

QUADRO II

Periódico	Resumos relacionados ao tema BNCC (2018-2020)	Quantidade de volumes/ números em que se encontram os resumos
Currículo sem fronteiras	15	07
Eccos	02	02
Educação & Sociedade	02	02
Educação em Revista	04	03
Educação Unisinos	01	01
Linguagens, Educação e Sociedade	04	02
Pro-Posições	02	02
Retratos da Escola	14	03
E-curriculum	13	04
Horizontes	11	02
Série-estudos	06	04
Tempos e Espaços em Educação	03	02
Cadernos de Educação	01	01
Cadernos de Pesquisa (UFMA)	02	02
Comunicações	03	02
Contrapontos	03	03
Educação (PUCRS)	01	01
Educação (UFSM)	03	02
Educação & Realidade	01	01
Educação e Pesquisa	01	01
Educação em Pesquisa	01	01
Educação, Ciência e Cultura	01	01
Linguagens, Educação e Sociedade	03	03

Linhas Críticas	02	02
Práxis Educacional	09	05
Revista Brasileira de Educação	01	01
Revista Brasileira de Política e Administração da Educação	03	02
Revista Cocar	05	04
Revista de Educação Pública	01	01
Revista Diálogo Educacional	02	02
Revista Espaço Pedagógico	01	01
Revista Teias	06	05
Educação e Cultura Contemporânea	01	01
Educação em Perspectiva	01	01
Educação: Teoria e Prática	01	01
Em Aberto	01	01
Inter-ação	02	02
Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos	02	01
Revista Educação em Questão	01	01
Revista Eletrônica em Educação	02	01

FONTE: As autoras

No segundo momento, partiu-se do montante dos 138 resumos que abordam a temátic da BNCC, para buscar suas conexões, repetições e aproximações. Trata-se de uma estratégia pa perfurar o arquivo, no sentido de dar visibilidade às discursividades produzidas sobre a BNCC, partir do momento de sua homologação. Mapeou-se, em cada resumo, os temas que se cruza com a Base Nacional Curricular Comum. Feito isso, no Quadro III, os temas foram organizado por grupos temáticos, cuja aproximação é apenas semântica, não sendo, portanto, definitiva. Iss significa que muitos desses temas também poderiam estar enquadrados em outros grupos. Co efeito, o que importa aqui não é a estabilidade das categorias e suas ordenações, mas o proces em continua atualização, o que caracteriza o próprio procedimento arquivístico.

QUADRO III

Grupo 1	*Grupo 2*	*Grupo 3*	*Grupo 4*
Movimento todos pela educação Novo ensino Médio (NEM) Políticas públicas educacionais Política curricular Plano Nacional da educação (PNE)	Ensino e leitura Língua portuguesa Alfabetização Educação Física Alfabetização matemática Matemática Ciências da natureza Educação em ciências Língua inglesa	Educação Infantil Anos Iniciais Educação integral Ensino Fundamental Ensino médio Educação de jovens e adultos Educação Especial Educação do/no campo Educação Básica	OCDE Banco Mundial ONU UNESCO ANPED Estado ABdC Fundações educacionais

Parâmetros curriculares Nacionais (PCN) Pacto pela alfabetização na Idade Certa (PNAIC) PISA Currículo mínimo nacional	Linguagem Biologia Ensino religioso Ensino de História Geografia Literatura Teatro Sociologia		Privatização da educação Público-privado Redes empresariais Filantropia
Grupo 5	***Grupo 6***	***Grupo 7***	***Grupo 8***
Significações Experiência Cotidiano Transposições didáticas Estágio Residências pedagógicas Livros didáticos Aprendizagem Pensamento computacional Estudos do corpo Alquimia das disciplinas escolares Contexto da prática Tecnologias digitais Experimentação Escrileituras Protagonismo Autonomia do professor Autonomia didático-pedagógica	Currículo Cultura Conhecimento escolar Escola Sociedade Território Cidadania Formação humana Trabalho e formação docente Desenvolvimento sustentável	Antiacontecimento Sujeitação social Silenciamento Problematização Acontecimento Retrocesso Micropolítica Continuidades e descontinuidades Contraconduta Justiça curricular Justiça social Cuidado de si Biopolítica Governamentalidade	Desigualdades educacionais Diversidade cultural Inclusão Diversidade sexual Democracia Pandemia Multiculturalismo Igualdade de gênero Feminicídio Relações étnico-raciais Equidade de gênero Educação antirracista Humanização Diferença
Grupo 9	***Grupo 10***	***Grupo 11***	***Grupo 12***
Discurso pedagógico Análise de discurso Discurso autoritário Itinerário formativo Leitura dialógica Formação do leitor Multiletramento	Crise Centralização curricular Distorção idade-série Flexibilização curricular Educação de qualidade Privatização da formação continuada Adaptabilidade Problemas políticos educacionais Diretrizes invisíveis	Produtividade do trabalho Competência Mensuração dos resultados Avaliações de larga escala Padronização mundial da educação Projeto neoliberal Gestão e regulação Normatividade	Neoconservadorismo Performatividade Modernização conservadora Escola sem partido Cosmopolitismo Neoliberalismo Organismos multilaterais Governança cooperativa Redes de governança Governança educacional Ditadura civil-militar brasileira Discurso neoliberal Políticas neoliberal

FONTE: As autoras

O arquivamento III mostra-nos que a BNCC tem sido mote de muitos debates, articulando-se com uma infinidade de temas, conceitos e noções. Ora a Base é problematizada, colocando-se em xeque os mecanismos políticos envolvidos em sua elaboração, a influência de agências internacionais e empresas privadas, a relação com as avaliações de larga escala, a sua consistência como uma política educacional e o seu caráter prescritivo; ora a perspectiva de um currículo mínimo é tensionada, considerando-se a diversidade cultural brasileira; ora são apontados o seu caráter didático e a sua funcionalidade no currículo escolar, a organização dos conhecimentos escolares em suas áreas e as competências a serem desenvolvidas em cada componente curricular, dentre outras abordagens.

Tratando-se de um procedimento arquivístico foucaultiano, é necessário "[...] enveredar pelo arquivo sem realizar interpretação dos textos selecionados, sem vasculhar por detrás ou além deles em busca de um sentido latente ou perdido, enfim, sem tentar legitimá-los ou os invalidar" (AQUINO; VAL, 2018, p. 47). A lógica arquivística é sempre da ordem do indeterminado, de maneira que os ordenamentos e classificações são sempre variáveis e novas classificações são sempre passíveis de serem criadas. Do mesmo modo, a forma como olhamos e analisamos os achados não implica interpretações e resultados fidedignos, mas oscilações, modulações, variáveis que remetem sempre a novas visibilidades. Assim, o desafio, desta feita, foi tão somente criar um modo de tratamento do material encontrado, constituindo séries que pudessem dar a ver as modulações e variabilidades de conjunções temáticas em torno da BNCC, a partir de sua implementação, produzidas nos periódicos na área da educação.

Como último arquivamento, no Quadro IV, ordenou-se os autores de referência conforme seu aparecimento nos resumos selecionados. Da mesma maneira que a categorização dos temas, a aproximação dos autores em cada grupo dá-se de forma contingencial, podendo outras classificações ou subclassificações serem realizadas.

QUADRO IV

Basil Bernstein Michel Apple Homi Bhabha Henry Giroux Zygmunt Bauman Steven Ball David Harvey Thomas Popkewitz Paulo Freire Ernesto Laclau Chantal Mouffe Claus Offe Claude Lessard Richard Bowe Ian Hacking Pierre Dardot e Cristian Laval	Gaudêncio Frigotto Dermeval Saviani Moacir Gadotti José Carlos Libaneo Gimeno Sacristán Miguel Arroyo	Jacques Derrida Michel Foucault Walter Benjamin Antônio Gramsci Karl Marx e Friedrich Engels	Eneida Oto Shiroma Olinda Evangelista Maria Célia Marcondes de Moraes Roselane Fátima Campo Rosalba Maria Cardoso Garcia José Armando Valente Maria das Graças Mizukami Menga Ludke Carlos Roberto Curi Magali Reis Teodoro Zanardi Sonia Kramer Tizuko Kishimoto
Guacira Louro Judith Butler Heleieth Saffioti Silvia Federici Michele Perrot	Kathryn Kirchgasler Ivor Goodson Sege Moscovici Denise Jodelet	Hans Robert Jauss Mikhail Bakhtin Norman Fairclough Rildo Cosson Regina Zilberman	Inês Barbosa de Oliveira Rita de Cássia Prazeres Frangella Andréa Barbosa Gouveia Alice Casimiro Lopes Macedo Vladimir Safatle Selma Garrido Pimenta Ivani Fazenda

FONTE: As autoras

Os autores que emergem dos resumos investigados servem para dar visibilidade às referências que se encontram relacionadas à abordagem do tema BNCC no material investigado. Pesquisadores do campo do currículo são evidenciados, mas também pesquisadores de áreas diversas são referenciados para pensar a Base. Tal arquivamento talvez possa nos mostrar por meio de quantos aportes teóricos e referenciais bibliográficos é possível contextualizar, problematizar e colocar em pauta a Base curricular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste trabalho arquivístico foi conferir visibilidade ao que tem sido produzido em torno da BNCC após sua homologação, ao mesmo tempo em que tal arquivo pode servir de dispositivo para ativarmos e atualizarmos o que ainda pode ser dito e pensado acerca do tema. Partindo de uma lógica arquivística, sempre inconclusa, agrupou-se em categorias inventariadas o que emergiu dos encontros com o arquivo dos resumos sobre a BNCC, produzido mediante o rastreamento de resumos dos 55 periódicos da área educacional avaliados pela CAPES, de acordo com os estratos A1, A2 e B1, no último quadriênio avaliativo, no período de 2018 a 2020.

Os arquivamentos realizados são uma tentativa de mostrar, sem nenhuma pretensão de resultados, o quanto a BNCC tem sido tema de tensionamentos e debates na área educacional, assim como dar a ver os diferentes modos e composições pelos quais a BNCC tem sido abordada desde sua efetivação. Em maior ou menor escala, em apropriações mais ou menos consistentes, em abordagens de diferentes campos e intensidades (políticas, pedagógicas, didáticas, por nível de ensino, por área de conhecimento, por perspectiva teórica, etc.), na mobilização de diferentes conceitos e autores, a BNCC foi evocada nos artigos do referido recorte educacional. A cada vez que acessamos e lemos tais artigos, a BNCC é novamente evocada, pensada, problematizada, atualizada. Eis o propósito do arquivo: arquivar, estranhar e reinventar o próprio tempo. Quiçá este ensaio ajude-nos a pensar o quanto a Base Nacional Curricular Comum constitui um território de muitas tensões, indagações, resistências e divergências, o que apenas demonstra que ainda há muito a discorrer sobre ela.

REFERÊNCIAS

AQUINO, J. G.; VAL, G. M. do. **Uma ideia de arquivo:** contributos para a pesquisa educacional. Pedagogia y Saberes. Universidad Pedagogica Nacional – UPN. Bogotá. Colômbia, 2018

AQUINO, J. G. **Educação pelo arquivo:** ensinar, pesquisar, escrever com Foucault. São Paulo: Intermeios, 2019.

BIESTA, G. J. J. **A (re)descoberta do ensino.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

CORAZZA, S. M. Base Nacional Comum Curricular: apontamentos crítico-clínicos e um trampolim. *In:* CORAZZA, S. M. **Docência-pesquisa da diferença:** poética arquivo mar. Porto Alegre: Doisa, 2017.

DELEUZE, G. **Foucault.** Tradução Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasilense, 2005.

DERRIDA, J. **Mal de arquivo:** uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

FARGE, A. **O sabor do arquivo.** Tradução Fátima Murad. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso.** Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2001

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber.** Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

OLIVEIRA, I. B. de.; FRANGELLA, R. de C. P. Com que bases se faz uma base? Interrogando a inspiração político-epistemológica da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). *In:* SILVA, F. de C. T.; XAVIER FILHA, C. (orgs.). **Conhecimentos em disputa na Base Nacional Comum Curricular.** Campo Grande, MS: Ed. Oeste, 2019, p. 25 - 34.

TADEU, T.; CORAZZA, S. M. **Composições.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.